



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 143 NÚMERO 3100 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
MARÇO 2022 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

José Ernesto Cartaxo

Começou a trabalhar aos 10 anos e juntou-se à luta antifascista ainda jovem. Foi preso político e dirigente da Intersindical antes e depois da revolução. À Voz do Operário desfia uma parte importante da história do movimento sindical, a primeira greve geral em liberdade. **págs. 8 e 9**



CONFLITO

Guerra na Ucrânia

O mundo assistiu à entrada da Rússia num conflito que dura há praticamente oito anos. Para Kiev, é uma “violação da soberania” e do “direito internacional”. Para Moscovo, é a “defesa” das populações de Donbass com

o objetivo de “desnazificar” e “desmilitarizar” a Ucrânia, afastando-a de uma entrada na NATO. Se numa guerra a primeira vítima é a verdade, importa visitar o passado para entender o presente. **págs. 6 e 7**



Medidas anunciadas insuficientes

A maioria dos trabalhadores da limpeza, que exerce funções na CP para a empresa Iluso, tem salários em atraso, uma situação que está a gerar muita contestação. A companhia ferroviária acaba de concessionar o serviço à Iluso, que no dia 2 de março, ainda não tinha regularizado a situação salarial dos seus trabalhadores, que têm outros salários em falta da empresa anterior. **pág. 13**



Morreu comunista Jaime Serra

Morreu aos 101 anos de idade Jaime Serra. O secretário do Comité Central dos comunistas referiu-se a este destacado dirigente do PCP como tendo dedicado “toda a sua vida à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português. Uma vida dedicada à luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova, o socialismo e o comunismo”. **pág. 13**



A VOZ DO OPERÁRIO

Reabre Centro de Convívio

À beira da reabertura deste espaço d'A Voz, Rita Governo, coordenadora do departamento, explica a importância das atividades diárias para os idosos e as consequências de um encerramento tão prolongado. **pág. 5**



150 anos de Alexandra Kollontai

Nasceu há 150 anos. A luta pela emancipação política, económica e sexual da mulher determinou de forma inabalável o percurso desta revolucionária, acompanhando Lenin no reconhecimento da independência económica da mulher como condição essencial para o triunfo da Revolução de 1917 e valorizando o trabalho feminino em todas as esferas da economia russa. **pág. 14**

Relatório e Contas de 2021

Manuel Figueiredo,
 Presidente da Direção

No próximo dia 31 de março, realiza-se a Assembleia Geral em que iremos apresentar à aprovação dos sócios o relatório de atividades e as contas do exercício de 2021.

Como sabemos, o ano de 2021 não foi fácil para A Voz do Operário, tendo sido particularmente afetado pela pandemia da Covid19.

A nossa atividade letiva presencial voltou a ter um período de suspensão, mas tudo fizemos para que as nossas crianças, nos vários níveis de ensino, continuassem a ser acompanhadas, reproduzindo-se tanto quanto possível as dinâmicas de sala e tentando garantir o percurso e progresso de cada criança. Apesar desse período, a norma foi o ensino presencial (nada pode substituir a sua riqueza, a todos os níveis) podendo hoje dizer, que fomos bem sucedidos na conjugação de ambas as situações, não deixando de aplicar em toda a sua dimensão o projeto educativo d'A Voz do Operário.

Tivemos uma boa procura nos nossos sete equipamentos educativos, que ficaram praticamente lotados, tendo mesmo sido abertas novas salas em situações pontuais.

Foi já possível concretizar iniciativas de abertura do ano letivo com a participação presencial dos pais, onde apresentámos o nosso projeto educativo e debatemos os planos para o novo ano escolar.

Como sabem, foi-nos atribuída pela Câmara Municipal de Lisboa a gestão de mais dois equipamentos educativos, um na Madre de Deus e outro no Parque das Nações, os quais se encontram em fase de conclusão, faltando igualmente contratualizar a sua cedência por parte do Município bem como proceder ao acordo de cooperação com a Segurança Social, pelo que só então estaremos em condições de abrir estes novos equipamentos educativos.

Na área social, o apoio domiciliário e o refeitório social prosseguiram a sua atividade, ao mesmo tempo que foi facultada a refeição nas suas residências aos utentes do Centro de Convívio. Por outro lado, fornecemos mais de 400 refeições diárias de acordo com o protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da resposta social de emergência alimentar.

Por proposta da Associação das Co-

lectividades do Concelho de Lisboa, A Voz do Operário foi agraciada pela Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, com o galardão de Reconhecimento e Mérito “por tudo o que tem feito ao longo dos anos, inclusive durante o estado de emergência de 2020 e 2021 em que nunca parou as suas atividades, designadamente o fornecimento de alimentação e outros apoios aos mais desfavorecidos”.

Comemorámos o 138º aniversário d'A Voz do Operário, no próprio dia 13 de fevereiro numa sessão por videoconferência que contou com a participação de várias centenas de sócios e de trabalhadores da Instituição e depois em maio numa sessão solene já presencial, onde homenageámos a resistente antifascista Conceição Matos, em reconhecimento de uma vida inteiramente dedicada às causas dos trabalhadores e do povo português.

Devido às restrições impostas pelo combate à pandemia, não se realizaram as Festas Populares de Lisboa, não tendo havido a nossa Marcha Infantil. Mesmo assim, cumprindo todas as normas de segurança, abrimos o nosso retiro o Beco de Lisboa, onde tivemos sardinhas e outros petiscos típicos do verão alfacinha, num reservado espaço ao ar livre.

O nosso Salão de Festas voltou a ser utilizado com múltiplas iniciativas de índole cultural, salientando-se a realização da 5ª Gala de Fado Voz do Operário e do Festival “O Jazz tem Voz”.

Obtivemos em 2021 a licença de utilização do imóvel da Calçada Agostinho de Carvalho (após a reabilitação anteriormente concluída), tendo-se procedido ao arrendamento de todas as suas frações.

Todo este importantíssimo desempenho, num ano particularmente difícil, só foi conseguido graças à grande dedicação e empenho dos trabalhadores d'A Voz do Operário, que quer no decurso da sua atividade presencial ou no trabalho à distância, sempre desempenharam as suas tarefas com incedível empenho e dedicação.

Do ponto de vista económico e financeiro, conseguimos manter uma situação de equilíbrio, tendo-se atingido um resultado líquido ligeiramente positivo, prosseguindo assim o rumo de sustentabilidade.

Assistimos atualmente a um significativo alívio nos impactos da pandemia, mas nem por isso deixamos de ter pela frente importantes desafios, os quais enfrentaremos com toda a confiança.

EDITORIAL

Façamos frente à guerra

A intervenção da Rússia na Ucrânia é um acto que põe em perigo a paz na Europa num contexto em que a União Europeia prefere apagar a fogueira com mais gasolina. Sejam claros, a invasão da Ucrânia pela Rússia foi uma surpresa para o mundo e deve terminar o mais rapidamente possível. Não se pode, contudo, fingir que a guerra começou há uma semana quando há oito anos que os civis de Donbass fogem das bombas. Em momento algum a Ucrânia se dispôs a cumprir os acordos de paz assinados em Minsk, deixando prolongar um conflito durante quase uma década.

Nenhuma destas razões justifica a intervenção russa na Ucrânia que, à luz do direito internacional, é tão ilegal como as agressões da NATO, dos Estados Unidos e de países da União Europeia na Jugoslávia, Afeganistão, Iraque, Síria e Líbia, entre tantos outros exemplos. Mas se a decisão de Moscovo é condenável não pode deixar de nos preocupar a insistente estratégia de alargamento da NATO a leste pondo em perigo a paz no nosso continente. São vários os militares portugueses que o têm dito, recordando que estamos a falar da primeira potência mundial em armas nucleares.

Precisamos urgentemente de iniciativas que imponham rapidamente a paz e não de alimentar uma narrativa de ódio entre as duas partes que se estende a toda a Europa com decisões de censura a canais de informação e uma onda de xenofobia contra a população russa que não tem qualquer responsabilidade com o que está a acontecer.

Simultaneamente, a histeria mediática parece apostada em inflamar os ânimos com visões parcializadas e caça às bruxas. Aquilo que não fizeram noutros conflitos fazem agora tão simplesmente porque essa é a narrativa a quem quer a guerra. Não nos esqueçamos, os ricos declaram as guerras mas quem nelas morre são os trabalhadores e os seus filhos.

Os povos da Ucrânia, de Donbass e da Rússia merecem viver em paz e essa deve ser a prioridade dos líderes mundiais. Só um clamor popular que reivindique a deposição das armas pode evitar o pior. Lutemos por isso.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDAÇÃO PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
 Associação da
 Imprensa
 Não-Diária



Associação
 Portuguesa
 da Imprensa
 Regional



ANIVERSÁRIO

Voz celebra aniversário com sala cheia



Celebração juntou sócios, amigos e entidades.



Marília Villaverde Cabral foi homenageada.

Uma vez mais, assinalando mais um ano de vida, centenas de sócios, amigos e representantes políticos e institucionais preencheram o histórico salão de festas d'A Voz do Operário. Integrada na celebração dos 139 anos da instituição, como anunciado, Marília Villaverde Cabral foi homenageada e recebeu o título de sócia honorária.

Para além das intervenções da homenageada, de Manuel Figueiredo e Vítor Agostinho, respetivamente presidente e vice-presidente d'A Voz, falou ainda o diretor do jornal, Domingos Lobo, o presidente da Confedera-

ção Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, Augusto Flor, do presidente da Federação das Coletividades de Lisboa, Pedro Franco e da presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros.

A Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário foi fundada a 13 de fevereiro de 1883 quando os operários tabaqueiros que fundaram o jornal A Voz do Operário decidiram criar uma sociedade cooperativa com o mesmo nome. A exigência financeira que implicava a manutenção desta publicação levou a que estes trabalhado-

res procurassem formas de sobrevivência para o projeto.

Hoje, é um projeto de raízes sólidas, reconhecido publicamente, que se mantém fiel aos seus valores iniciais e que assenta a sua atividade no ensino através de um modelo pedagógico alternativo em sete diferentes espaços educativos localizados na Graça, Ajuda, Restelo, Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro. A instituição desenvolve diferentes serviços de apoio social através do seu refeitório, do serviço de apoio domiciliário e do seu centro de convívio.

ESCOLAS

Brincar, brincar, brincar

Maria João Pereira, equipa do ATL

Nas nossas escolas a proposta educativa sustenta-se por princípios democráticos, de participação e de cooperação. Sabemos que todas as interações entre adultos e crianças comportam de forma intrínseca uma natureza educativa e por isso nenhuma actividade que os envolva pode ficar à margem deste entendimento.

Mais do que facilitar às crianças aprendizagens que potenciem o seu pleno desenvolvimento individual, esforçamo-nos para dar corpo e vida ao lema da escola: somos o colectivo. Todos os espaços e toda a comunidade escolar devem assumir um papel activo neste processo e os espaços de recreio e ATL não são excepção. Tratam-se de espaços privilegiados para a continuidade do processo de aprendizagem e convergem com uma definição de tempo normalmente favorável na relação com as crianças: tempo livre.

Tempo livre – Walter Benjamin diria que para o descrever, precisaríamos de pensar nas “crianças de domingo”, que vêem jardins mágicos e florestas onde outros

passam sem tempo e sem atenção. O olhar domesticado pelo dia-a-dia dos adultos está livre no tempo destas crianças - isso faz com que seja um tempo realmente delas e verdadeiramente brincável.

Através da brincadeira as crianças exploram, refletem e interiorizam a sua realidade. A experimentação de diferentes papéis sociais através do faz-de-conta, permite-lhes compreender o papel do adulto e pôr a teste a forma como este é assumido – é assim que se prepara a passagem para a vida adulta e que a criança tem oportunidade de se conhecer e de conhecer o mundo.

Através da brincadeira as crianças simulam situações e conflitos da sua vida social, o que lhes permite a expressão concreta de determinadas emoções. Brincar é uma forma segura e auto-regulada de encenarem os seus medos, as suas angústias e a sua agressividade, e de ensaio de formas para conseguirem resolver os seus conflitos internos.

É actualmente inegável a importância da brincadeira no desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos humanos. Contudo, na prática, o tempo disponível para a auto-organização da brincadeira não traduz essa importância. A brincadeira e o jogo não se resumem a for-

mas de divertimento ou de prazer, tratam-se de meios privilegiados de expressão e de aprendizagem.

Por tudo isto, no nosso ATL a palavra de ordem é: BRINCAR!

A nossa equipa de brinconautas acompanha as crianças nas suas brincadeiras e procura dar vida e forma às propostas que elas trazem. Juntos pensamos, juntos discutimos e criamos, juntos decidimos e imaginamos, planeamos e construímos. Juntos testamos o dia-a-dia e tão rápido estamos a dançar, como estamos a construir um brinquedo com uma caixa de cartão, a ver uma curta-metragem e a debatê-la ou a edificar uma cidade imaginada. Privilegiando sempre um processo autónomo - desde a ideia, à sua concretização, à manutenção do espaço no final.

A importância dada pel'A Voz do Operário à brincadeira evidencia-se no esforço de mobilizar esta equipa de profissionais pelos vários espaços de aprendizagem das crianças e ao longo de todo o dia – garantindo deste modo uma real continuidade dos sustentáculos da nossa proposta educativa e reconhecendo à brincadeira o seu justo papel destacado na bonita aventura que é crescer.

MEMÓRIA

A feminista Maria O'Neill



Maria O'Neill (1873 - 1932).

Terá sido no verão de 1926 que pela primeira vez uma mulher foi eleita para os órgãos sociais da A Voz do Operário.

Maria O'Neill integrou uma das comissões auxiliares da direção desta sociedade que então foram instituídas: a comissão de instrução, educação e arte.

Era uma figura destacada do «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», uma associação feminista fundada

em 1914, que acabaria dissolvida pela ditadura de Salazar. Tinha sido uma das organizadoras do 1º congresso feminista em Portugal, em 1924.

Socialismo

“Historicamente, o feminismo surgiu como parte da ideologia burguesa liberal”, dizia Michèle Barrett [em 1983, *Marxism-Feminism and the work of Karl Marx*, p.202].

Se olharmos para a imprensa portuguesa do primeiro terço do século XX, a face mais visível do feminismo parece protagonizada por mulheres de classe média, pequena e média burguesia. Por intelectuais, num país onde cerca de 80% das mulheres eram analfabetas (segundo o censo de 1911). A nível ideológico dominava a tónica republicana.

Escritora oriunda de uma família abastada, Maria O'Neill correspondia a essa imagem. Mas a 1ª República recusou o direito de voto às mulheres. E esta desilusão levou-a a seguir um caminho diferente: em 1919 aderiu a um partido operário e marxista – o antigo Partido Socialista Português.

Foi depois desse passo que desenvolveu a sua actividade na A Voz do Operário.

Na A Voz do Operário

Além do cargo para que foi eleita, Maria O'Neill interveio na A Voz do Operário com artigos no jornal, com

conferências e com discursos em vários eventos.

Aqui defendeu a igualdade de género, e outras causas como a solidariedade social, a educação, a paz e a liberdade.

Por exemplo, em 1928, A Voz do Operário comemorou o 10º aniversário do final da 1ª Guerra Mundial, com uma conferência de Maria O'Neill. Aí marcou posição ao afirmar que “o pensamento humano deve ser livre” [A Voz do Operário, 02/12/1928, p.3]. Estava-se em plena ditadura militar...

Ela foi também uma das vozes que se ouviram na comemoração do 50º aniversário do jornal A Voz do Operário, em 1929.

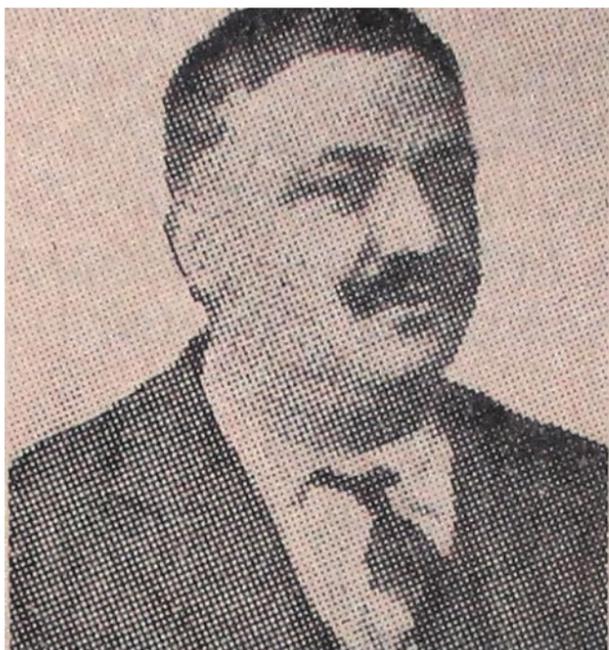
E ao partir para uma longa estadia no Brasil, em 1930, despediu-se com a promessa de “não se esquecer da imprensa operária portuguesa”, à qual se sentia “ligada por uma cadeia de afectos e simpatias” [A Voz do Operário, 08/06/1930, p.3].

A última intervenção de Maria O'Neill na A Voz do Operário terá sido a presidir a duas conferências educativas, sobre “A fraternidade na escola” e “O valor da palavra”, ambas anunciadas para o dia 1º de Maio de 1930.

Em 1930/31 ainda colaborou numa revista socialista do Porto que acabaria encerrada pela ditadura – a *Pensamento*.

Maria O'Neill faleceu a 23 de março de 1932. Ia a bordo de um navio que fazia a viagem entre Brasil e Portugal. Tinha 59 anos de idade.

O operário Manuel Petronila



Manuel Petronila (1875 - 1932).

Na década de 1920, um dos livros de divulgação marxista em voga, na URSS e a nível internacional, foi o «ABC do Comunismo», de Nikolai Bukharin e Evgueni Preobranjensky.

Segundo o historiador Stephen F. Cohen, esse livro teve à época um total de “18 edições em russo e fora tra-

duzido para vinte línguas” [Cohen (1990), «Bukharin: uma biografia política», pág. 104].

Esse «ABC do Comunismo» aponta “três formas principais da organização operária”: os sindicatos; as cooperativas; e os “partidos políticos da classe operária (socialistas ou sociais-democratas e comunistas)” [pág. 46, da edição portuguesa de 1974].

Um exemplo concreto da interligação dessas três “formas” clássicas do movimento operário é o percurso militante de Manuel Petronila – operário gráfico na Imprensa Nacional, falecido no dia 6 de março de 1932.

A nível sindical, salientou-se na Associação de Classe dos Impressores Tipográficos de Lisboa (criada em 1898) e foi depois um dos fundadores do Sindicato do Pessoal da Imprensa Nacional (em 1915).

No campo cooperativo, esteve entre os fundadores da cooperativa de consumo dos trabalhadores da Imprensa Nacional.

Na “forma” partidária, foi dirigente do antigo Partido Socialista Português, três vezes eleito membro suplente do seu Conselho Central (em 1915, 1917 e 1922). E por este partido foi vereador da Câmara de Lisboa, assumindo o pelouro das obras (no mandato 1919/23).

Associativismo

Mas, e como tantos outros militantes operários, Manuel Petronila salientou-se também no associativismo de ca-

riz cultural e recreativo. No seu caso foi presidente da «Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo» e do «Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique». Duas importantes instituições associativas da cidade de Lisboa que ainda hoje existem.

No associativismo de solidariedade social, Manuel Petronila foi dirigente de associações mutualistas como a «Tipográfica Lisbonense» e também do «Albergue dos Inválidos do Trabalho» - do qual é herdeira a associação «Inválidos do Comércio».

Manuel Petronila era sócio da A Voz do Operário. E como vereador do município de Lisboa, “influuiu em tudo quanto pôde para auxiliar a nossa instituição”. Além de um apoio financeiro que na altura a autarquia atribuiu à A Voz do Operário, “foi também ele que influuiu [...] para que os trabalhos de calcetamento da entrada do nosso edifício fossem feitos por operários da Câmara Municipal”. E “fora isto, deve-lhe a nossa Sociedade grandes serviços” [A Voz do Operário, 25/10/1925, pág.1].

Fado

Manuel Petronila participou noutra expressão da classe trabalhadora: o fado operário. Foi um guitarrista e também um propagandista, como administrador do jornal «A Canção de Portugal». Era cunhado de um cantor célebre à época: João Maria dos Anjos, também operário da Imprensa Nacional.



População idosa e Covid-19: do idadismo ao regresso

Rita Governo

“Já temos poucos anos de vida e ainda nos tiraram mais dois” – foi a Maria que disse, hoje, sentada num banco do Largo da Graça, no nosso reencontro soalheiro pós-pandemia.

Tinham passados poucos meses daquele novo quotidiano quando nos debruçámos num artigo que anunciava “Mais velhos, mais diferentes”. Passaram muitos outros meses, uns quantos momentos de libertação e outros de recuo, novos períodos de confinamento e, não querendo antecipar a conclusão, estas linhas assumem uma crítica marcada à gestão destes tempos: a representação de to-

dos os idosos como um grupo homogéneo e vulnerável.

Voltemos, então, ao que nos distingue. Desenvolvemo-nos do primeiro ao último dia de vida, num processo que influencia e se deixa influenciar pelas condições do nosso contexto. Sejam os nossos cuidados de saúde pediátricos, o salário que auferimos enquanto trabalhamos, as oportunidades de participação que nos oferecem quando envelhecemos, ou a existência de um vírus à escala global. A cada experiência e acontecimento, tornamo-nos exponencialmente mais diferentes dos demais. Se algo herdamos da idade, é a heterogeneidade.

Estivemos longe de a respeitar. O calendário do nosso Centro de Convívio marca, quase numa performance poética, 20 de Março de 2020. Dentre os dois anos per-

didados a que a Maria se referiu, assistimos, em primeira linha, ao declínio das capacidades funcionais dos nossos utentes, ao comprometimento que tal assumiu na autonomia de tantos deles, bem como à diminuição dos seus sentimentos de bem-estar e qualidade de vida. Até aí, era supostamente contra isto que investíamos o nosso trabalho na luta contra o isolamento social.

Não desconsideramos a importância da prevenção num cenário que se apresentou devastador e, acima de tudo, imprevisível. A taxa de óbitos acima dos 65 anos foi/ tem sido indiscutivelmente superior quando comparada com as restantes faixas etárias. Apesar disso, uma leitura linear destes dados desconsidera duas situações – por um lado, o número largamente superior de infeções entre as camadas populacionais mais novas e as suas consequências já reconhecidas; por outro, a contabilização absoluta destes dados numa sociedade envelhecida, como é o caso da portuguesa.

Se é aconselhável proteger os mais vulneráveis ao vírus, noutro sentido, o comprometimento da autonomia dos mais velhos e a desconsideração das suas necessidades e contribuição social configuram atitudes idadistas. Esta equiparação da idade mais avançada com dependência e limitação, não só ignora a diversidade que já referimos, como expressa aos idosos que são frágeis e incapazes. As evidências da prática científica e profissional vêm, sobre isto, demonstrando que a experiência do envelhecimento é construída a partir da perceção que cada pessoa tem acerca da sua vida. A visão estereotipada da velhice como etapa de perdas, declínios e recuos representa uma influência negativa no desenvolvimento da pessoa idosa, com consequências ao nível da memória, da gestão de stress, da autoimagem, das expectativas relativamente a esta etapa vital e – curiosamente – até ao nível... da mortalidade. Parece, então, que *mal e cura* partilham o mesmo desígnio.

Transportamos marcas – individuais e coletivas – incontornáveis desta época. Transformámos necessidades e até interesses, os quais nos exigem respostas. Enquanto profissionais, o mote é, mais do que nunca, *adaptação*. Recuperar o sucesso do envelhecimento implica reconduzir a ação no sentido da valorização de todas as pessoas que, independentemente da idade, são recursos capazes e disponíveis para contribuir para a sociedade. A partir de março, voltamos a contar com todos para trilhar esta estrada – está reaberto o nosso Centro de Convívio.

INSTITUCIONAL

Doe 0,5% do seu IRS à Voz!

NIF 500 259 518

Este apoio não tem qualquer custo: a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado.

E o valor pago de IVA também pode ser consignado!

 **Ajudar assim não custa**

 **A VOZ DO OPERÁRIO**

UCRÂNIA



Milhares de ucranianos celebram Stepan Bandera, colaboracionista nazi.

Ucrânia. Uma guerra que dura há oito anos

As primeiras bombas russas caíram em território da Ucrânia no princípio da manhã de 24 de fevereiro. Surpreendido, o mundo assistiu à entrada da Rússia num conflito que dura há praticamente oito anos. Para Kiev, é uma “violação da soberania” e do “direito internacional”. Para Moscou, é a “defesa” das populações de Donbass com o objetivo de “desnazificar” e “desmilitarizar” a Ucrânia, afastando-a de uma entrada na NATO. Se numa guerra a primeira vítima é a verdade, importa visitar o passado para entender o presente.

Bruno Amaral de Carvalho

Golpe cozinhado no exterior

No dia 24 de março de 1999, enquanto caíam as primeiras bombas da NATO na Jugoslávia, o então chanceler alemão Gerhard Schröder justificava a operação militar: “Não vamos para a guerra, mas somos chamados a implementar uma solução pacífica no Kosovo, inclusive por meios militares”. Para este território de quase 11 mil quilômetros quadrados encravado na Sérvia a maioria da população, albanesa, exigia a independência. Com o pretexto de proteger esta comu-

nidade dos ataques sérvios, a aliança atlântica abriu um precedente que é agora usado pela Rússia para justificar a sua intervenção na Ucrânia.

Para entender o que se passa na Ucrânia é preciso olhar para a geografia do país e entender a sua diversidade. A parte oriental tem muitas regiões de maioria russa e é mais industrializada, a parte ocidental é majoritariamente ucraniana e uma elevada produção agrícola. É também preciso recuar a 2004, quando a chamada revolução laranja levou Viktor Yushchenko à presidência, para entender a estratégia dos Estados Unidos e de Bruxelas para trazer a Ucrânia para a União Europeia (UE) e a NATO.

Nesse ano, segundo o The Guardian, os partidos Democrata e Republicano, o National Democratic Institute, o Departamento de Estado, a USAid, a ONG Freedom House e o Open Society Institute gastaram cerca de 14 milhões de dólares na campanha para eleger Yushchenko. Contudo, o presidente da Ucrânia acabou salpicado por escândalos de corrupção e perdeu as eleições para Viktor Yanukovytsch em 2010. Com o processo de adesão à UE em curso, o sucessor de Yushchenko decide, em novembro de 2013, não assinar o acordo de associação com Bruxelas, que deveria ter sido assinado na Conferência de Vilnius.

É neste contexto que começam os protestos na Praça Maidan contra Viktor Yanukovytsch, considerado um aliado de Moscou. Ao princípio, as manifestações eram pacíficas e até receberam a visita dos senadores norte-americanos John McCain e Chris Murphy que não só reuniram com a oposição como tiveram liberdade para discursar aos manifestantes num país estrangeiro.

Foi em janeiro de 2014 que rebentaram os primeiros confrontos com a polícia. Segundo a BBC, à frente estavam elementos mais violentos, pertencentes ao movimento neonazi Sector Direito e às organizações fascistas Svoboda e Congresso dos Nacionalistas Ucraniana-

nos, conhecidos por atacarem a população russófona.

No mês seguinte, também a BBC divulgou uma conversa telefônica privada entre a secretária de estado norte-americana Victoria Nuland e o embaixador dos EUA em Kiev, sobre qual deveria ser o governo depois da queda de Yanukovich. Zangada com a reação demorada de Bruxelas, Nuland chega a dizer “que se foda a UE”. Nesse mesmo mês, a violência escalou de tal forma que Viktor Yanukovich fugiu da Ucrânia.

Fascização do regime ucraniano

Com a fuga do presidente eleito, a Ucrânia celebrou novas eleições num ambiente de extremismo e perseguição da comunidade russófona e destruição de símbolos comunistas. O Partido Comunista da Ucrânia (PCU), que tinha obtido 13% nas legislativas anteriores e era uma força de peso nas regiões do leste, foi impedido de participar e, mais tarde, ilegalizado. Em muitos lugares do país, a população não votou em protesto contra o golpe.

Nesse plebiscito, ganhou Petro Poroshenko, um dos homens mais ricos do país, que deu a nacionalidade ucraniana a três estrangeiros que tinham estudado nos Estados Unidos no dia em que estes tomaram posse como ministros do novo governo. Foi o caso de Natalie Jaresko (pasta das Finanças), norte-americana, de Aivaras Abromavičius (pasta da Economia), lituano, e de Alexander Kvitashvili (pasta da Saúde), georgiano como o ex-presidente Mikheil Saakashvili que acabou como governador de Odessa.

Também nomeado pelo presidente Petro Poroshenko como secretário da Segurança Nacional e Defesa, Andriy Parubiy viu reconhecido o seu papel no golpe onde coordenou os voluntários na Praça Maidan, segundo o Washington Post. Mais tarde, tornou-se presidente do parlamento ucraniano e ainda hoje é deputado. Foi fundador do partido neonazi Partido da Ucrânia Nacional-Social e, em 2010, tinha pedido ao parlamento europeu para retirar a posição negativa em relação ao líder colaboracionista nazi, durante a Segunda Guerra Mundial, Stepan Bandera.

É neste ambiente que o neonazi Batalhão Azov cresce exponencialmente em vários pontos do país, enquanto combate os protestos de quem não reconhece o novo poder. Em maio de 2014, um enorme grupo de extrema-direita encurralou mais de meia centena de antifascistas na Casa dos Sindicatos em Odessa e pegou-lhe fogo. Morreram 42 pessoas. Algumas delas foram alvejadas enquanto tentavam saltar pelas janelas.

Para além de aproximar a Ucrânia da

NATO e da UE, o novo regime instituiu o ucraniano como língua única, fechou canais russos, proibiu partidos, deu o estatuto de herói a Stepan Bandera, colaboracionista nazi durante a Segunda Guerra Mundial, responsável pelo massacre de 100 mil polacos, reconheceu como veteranos de guerra todos os ucranianos colaboradores com o nazismo, integrou o Batalhão Azov no exército, permitiu paradas neonazis e nomeou subdirector do Ministério ucraniano do Interior o fundador de uma página na internet que ficou conhecida por publicar listagens de “inimigos” com os seus dados pessoais. Duas destas pessoas apareceram assassinadas.

Em todos estes anos, não faltaram artigos em jornais ocidentais preocupados com o facto de a Ucrânia se estar a transformar num campo aberto para o treino de neonazis vindos de todo o mundo, incluindo Portugal.

“Porque nós vamos continuar a ter os nossos empregos, eles [população de Donbass] não. Nós teremos as nossas reformas, eles não. Nós teremos acesso a cuidados para as nossas crianças e pensionistas, eles não. As nossas crianças irão à escola e à creche, as deles vão estar fechadas em caves [por causa dos bombardeamentos]. Isto é exatamente como vamos ganhar a guerra”, afirmou de forma polémica o presidente Poroshenko em relação aos habitantes de Donbass.

Guerra em Donbass

Em abril de 2014, as populações de Donbass e da Crimeia anunciaram não reconhecer o novo regime e no auge da violência nas ruas em toda a Ucrânia alegam legítima defesa e decidem também tomar o poder nestas regiões usando o golpe em Kiev como precedente. É então que as tropas ucranianas tentam recuperar o poder e rebenta a guerra em Donbass com estes territórios a auto-proclamam-se Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk (RPD e RPL).

Palco de batalhas sangrentas, o conflito praticamente desconhecido provocou 1,3 milhões de refugiados, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, cerca de um terço fugiu para a Rússia. Esta guerra, em oito anos, segundo as Nações Unidas, causou 3.095 mortes de civis. Destes, 152 eram crianças.

Apesar dos acordos assinados em 2014 e em 2015 entre a Ucrânia, a RPD, a RPL, a Rússia e a OSCE, em Minsk, para pôr fim ao conflito e restabelecer a normalidade, Kiev nunca cumpriu os principais pontos que firmou, sobretudo o da descentralização administrativa com a criação de governos regionais que dessem autonomia a estes

territórios. Em 2018, o presidente da auto-proclamada RPD, Alexander Zakharchenko, membro da mesa de negociações, foi assassinado em Donetsk, alegadamente pelos serviços secretos ucranianos.

Apesar dos ataques do exército ucraniano e dos sucessivos pedidos de reconhecimento da independência destas

repúblicas ao presidente russo Vladimir Putin, Moscovo insistiu sempre no cumprimento dos Acordos de Minsk como solução para o conflito. Até fevereiro de 2022. Após a declaração de reconhecimento da soberania destes territórios, a Rússia surpreendeu o mundo ao avançar para lá das fronteiras de Donetsk e Lugansk.

Alargamento da NATO

Nos últimos meses, antes da intervenção da Rússia na Ucrânia, Kiev enunciou por diversas vezes através do seu presidente Volodymyr Zelensky o desejo de entrar na NATO, organização militar fundada para fazer frente à União Soviética. Com a possibilidade de ver a Aliança Atlântica nas suas fronteiras, os dirigentes russos acusaram o Ocidente de estar a cercar o país e de violar os acordos estabelecidos durante a dissolução da União Soviética de que não haveria alargamento da NATO a leste. A verdade é que desde o fim da URSS, mais de uma dezena de países, vários deles pertencentes ao Pacto de Varsóvia e até à ex-URSS, aderiram à aliança atlântica.

Racismo nas fronteiras

A decisão russa de invadir a Ucrânia alastrando a guerra já existente a todo o país provocou uma nova onda de refugiados. Cerca de um milhão de pessoas em fuga provocou a solidariedade internacional e a mobilização de vários governos para resgatar cidadãos estrangeiros que estavam na Ucrânia. Contudo, as autoridades polacas e ucranianas foram acusadas de atos de racismo e xenofobia por tentarem impedir a saída da Ucrânia e a entrada na Polónia de cidadãos afrodescendentes, africanos, árabes e asiáticos. Foi o caso de vários cidadãos portugueses.

UE censura meios de comunicação

A UE anunciou a decisão de proibir todas as atividades dos canais russos Russian Today (RT) e Sputnik News. Esta entrou em vigor em todo o território da União Europeia, sob a acusação de que são veículos de desinformação. A RT é um canal internacional de televisão e a Sputnik é uma agência de notícias. Os dois são meios estatais russos e já não estão disponíveis.

De acordo com o comunicado da UE, a proibição vai permanecer em vigor “até que a agressão à Ucrânia termine e até que a Federação Russa e seus veículos associados deixem de realizar ações de desinformação e manipulação de informações contra a UE e seus estados membros”.

Esta decisão foi contestada pelo presidente da Federação Europeia de Jornalistas que considerou esta medida como um ato de censura que só pode ser tomada por cada Estado de forma individual.

À margem desta decisão, a Polónia prendeu o jornalista basco Pablo González sob a acusação de espionagem pró-russa.

Sanções contra artistas e desportistas

Para além das sanções económicas e das medidas políticas, várias organizações mundiais aderiram a onda de russofobia e decidiram penalizar artistas e desportistas que não têm qualquer relação com a intervenção militar. A FIFA excluiu a Rússia de várias competições internacionais, o Comité Olímpico Internacional impediu os atletas paralímpicos de participar nas olimpíadas e houve medidas contra artistas em diversos cenários do mundo das artes. A Ópera Estatal da Baviera, de Munique, cancelou os compromissos que tinha com destacados artistas russos como Valeri Guerguiev e uma das cantoras líricas mais destacadas da atualidade, Anna Netrebko, sob o pretexto de uma “falta de distância” com as decisões políticas da Rússia.

JOSÉ ERNESTO CARTAXO

A CGTP-IN tornou-se “objetivo estratégico do poder económico e financeiro”

José Ernesto Cartaxo começou a trabalhar aos 10 anos e juntou-se à luta antifascista ainda jovem. Foi preso político e dirigente da Intersindical antes e depois da revolução. À Voz do Operário desfia uma parte importante da história do movimento sindical, incluindo dois importantes acontecimentos que cumprem 40 anos, a primeira greve geral em liberdade e os trágicos acontecimentos do 1.º de Maio de 1982.



“Comecei, de muito novo, a participar no movimento associativo”.

Bruno Amaral de Carvalho

Começou a trabalhar aos dez anos. Qual é a história deste menino que não pôde ser criança em Vila Franca de Xira? Em que trabalhou?

Antes de falar sobre a minha história, lembro que a generalidade das crianças da minha geração, filhos de gente explorada e pobre, começava a trabalhar, por conta de outrem, muito cedo para ganharem alguns tostões para o sustento das suas famílias que viviam miseravelmente.

Eu comecei aos 10 anos, logo que completei a quarta classe. No verão de 1953, fui trabalhar para os Telhais, cuja atividade é magistralmente descrita por Soeiro Pereira Gomes no seu livro “Esteiros”. Ali, recebia um mi-

serável salário de 7\$50 por semana.

Este foi o meu primeiro trabalho, até aos 12 anos. Depois fui dar serventia, na construção civil, e, aos 13 anos, em 1956, entrei para uma oficina como aprendiz de mecânico a ganhar 25 tostões à hora, o que dava 20 escudos por dia.

Como só tinha a quarta classe, matriculei-me na escola industrial noturna, que havia em Vila Franca de Xira, para tirar o curso de serralheiro mecânico. Trabalhava de dia e estudava à noite.

Na zona onde nasci e fui criado, havia uma grande concentração industrial, na qual trabalhavam milhares de trabalhadores que viviam com péssimas condições de vida e de trabalho, o que originava, neste meio, o desenvolvimento de muitas atividades de caráter social, cultural e político.

Neste contexto, comecei, de muito novo, a participar no movimento associativo, a fazer parte de um grupo

cénico, a desenvolver atividade política na CDE, em 1969. Em princípios de 1970, passei a ser militante do Partido [Partido Comunista Português] que considerava o movimento operário e sindical uma frente prioritária de luta.

Como militante do Partido, fui desenvolvendo alguma atividade clandestina, nomeadamente na empresa onde trabalhava e na ligação aos militantes de outras grandes empresas, como a Mague, em Alverca, e a Cimentos Tejo (hoje Cimpor) em Alhandra.

Em meados de 1970 passei a integrar o Sub-Comité Regional do Baixo Ribatejo.

Esteve em Caxias e em Peniche. O que é que o levou à prisão?

Fui preso, em 6 de julho de 1971, às 6.10 da manhã, na sequência de uma denúncia da minha atividade partidária, feita pelo famigerado [Augusto] Lindolfo.

A minha prisão dá-se seis dias depois da dos meus camaradas, que faziam parte do mesmo organismo, porque entretanto eu tinha mudado de casa e a PIDE prendeu, por engano, um homem que foi morar para a casa onde eu tinha vivido. Detetado o engano, a PIDE libertou-o e, através dos seus informadores, localizou a nova casa onde eu vivia. Foi aí que me prenderam e me levaram para a António Maria Cardoso. Depois fui para Caxias onde estive isolado 80 dias, durante os quais fui vítima das mais diversas torturas físicas e psicológicas. Em março do ano seguinte, deu-se o julgamento no Tribunal da Boa Hora. Fui condenado a dois anos de prisão, que acabei de cumprir no Forte de Peniche.

Quando saí da prisão, em julho de 1973, andei mês e meio à procura de emprego porque, na altura, dar trabalho a um tipo que tivesse sido preso político era arriscado para quem o fizesse. Foi uma situação difícil porque a minha mulher estava desempregada e tínhamos um filho para criar.

Só passado mês e meio, é que consegui arranjar emprego, em Santa Iria de Azóia, na MEC. Consegui porque um amigo meu de infância, que era lá pintor, contactou o encarregado geral e contou-lhe da minha situação. Mandou-me lá ir para fazer o exame que era reparar um compressor de ar comprimido, durante dois dias. Lá fui, fiz o exame. O homem gostou do meu trabalho e, ao saber da minha situação, disse-me: “não me interessa que tenha sido preso político, o que eu preciso é de um bom profissional, venha trabalhar amanhã”.

A MEC era uma empresa que, na altura, tinha cerca de 400 trabalhadores, com mais mulheres que homens.

Não havia ainda célula. Havia pontas de malta que tinha ligação ao Partido mas não havia propriamente célula organizada. Foi lá que eu conheci o Jerónimo de Sousa, que era afinador de máquinas, muitas das quais “avariavam” para eu as ir reparar, que era a forma de ambos conversarmos muito, sobre política e não só.

Envolveu-se no movimento sindical ainda durante o fascismo. O que é que era fazer sindicalismo nos últimos anos da ditadura?

Sobretudo a partir da altura em que comecei a ter responsabilidades no Partido, acompanhava, por via orgânica, a ação que se desenvolvia nas empresas e nos sindicatos corporativos. Discutíamos e tínhamos orientações para os militantes no sentido de intervirem ativamente de forma articulada, nas empresas e locais de trabalho, organizando células e destacando quadros para delegados sindicais, comissões de trabalhadores, encabeçar reivindicações, desenvolver e intensificar lutas, muitas delas importantes, que se travaram pelo aumento dos salários, pela redução do horário de trabalho, pelas férias e respetivo subsídio, pelo feriado do 1.º de Maio, pela liberdade sindical, contra a censura e contra a Guerra Colonial.

A par desta intervenção, havia também a orientação para se intervir nos sindicatos corporativos no sentido de eleger direções da confiança dos trabalhadores.

Foi em resultado desta intervenção que em 1970, se elegeu uma direção da nossa confiança para o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que com a dos Bancários, do Comércio e dos Lanifícios, subscreveu a convocatória que esteve na origem da criação da Intersindical Nacional, com a data de 1 de outubro desse ano.

A atividade desenvolvida nesta frente, nos últimos 4 anos da ditadura fascista, com a eleição de delegados sindicais, a discussão do contrato, a dinamização da luta reivindicativa nas empresas fez com que, pouco antes do 25 de Abril, de outubro de 73 até abril de 74, mais de 100 mil trabalhadores de cerca de 200 empresas, estivessem em luta.

E como foi a construção de um movimento sindical de classe em liberdade?

O movimento operário português tinha vivido nas condições mais diversas ao longo de mais de um século de existência, acumulou uma vasta experiência coletiva própria.

Experiência que, enriquecida pelos ensinamentos, pela história, e pela ação do movimento operário internacional, lhe permitiu afirmar-se como força social determinante na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Como está comprovado, a Intersindical não nasceu do exterior para dentro do movimento operário. Ela foi uma criação dos próprios trabalhadores e nasceu no seu seio, de baixo para cima. Foram os trabalhadores que, em pleno fascismo, colocaram dirigentes da sua confiança à frente dos sindicatos corporativos, lutando e assumindo a defesa dos seus interesses da classe, num contexto de luta contra a ditadura, contra a guerra colonial, pela liberdade e pela democracia.

A criação da Intersindical Nacional, com a sua natureza de classe e de massas, os seus princípios de unidade, democracia, independência e solidariedade, constituiu um marco de grande significado no longo, difícil e heróico percurso do movimento operário e sindical, que se consolidou e reforçou depois do 25 de Abril, designa-

damente a partir do Congresso de todos os Sindicatos, realizado em Janeiro de 1977.

Quais foram as razões que levaram à primeira greve geral menos de oito anos depois da revolução?

A situação social que se vivia nos finais de 1981 e princípios de 1982 era explosiva. Havia um governo da Aliança Democrática (AD), com maioria absoluta, que prosseguia e aprofundava uma política contra as principais conquistas da revolução e de agravamento das condições de vida e de trabalho.

O desemprego, em finais de 1981, era 8,8%, a previsão da OCDE para a inflação no ano seguinte era de 25% e o governo anunciava um teto salarial de 14,75% e a intenção de rever a legislação laboral para facilitar os despedimentos.

Depois de os trabalhadores terem respondido, neste período, com grandiosas greves e manifestações, o Plenário Nacional de Sindicatos, reunido no dia 15 de janeiro de 1982, com o Teatro Aberto repleto, decide, por unanimidade e uma grande ovação, a realização duma greve geral de 24 horas, para o dia 12 de fevereiro desse ano, sob o lema geral “uma só solução, AD fora do governo”.

Como é que decorreu essa jornada de luta? Pode fazer um retrato geral?

Ninguém ficou neutro. O CDS, PSD e PS declararam-se contra a greve e organizaram ações contra ela. Dirigentes da UGT, entre os quais o próprio secretário-geral, Torres Couto, apoiados por polícias à paisana, fizeram piquetes anti-greve nos transportes. O PCP, a UDP e o PSR apoiaram.

Apesar de todo o tipo de intimidações e da repressão patronal e governamental, mais de 50% dos trabalhadores portugueses protagonizaram um dos mais violentos afrontamentos entre as forças do trabalho e o capital, depois do 25 de Abril.

Acha que valeu a pena? Quais foram os resultados?

Indiscutivelmente. Os resultados laborais deste confronto foram assinaláveis: para além de se ter estilhaçado o teto salarial, o pacote laboral foi metido na gaveta, os contratos coletivos de trabalho passaram a vigorar 12 meses e o governo, que ficou socialmente isolado, caiu dez meses depois.

Fez parte dos órgãos dirigentes da CGTP-IN até 2008. Que papel teve a central sindical na resistência ao processo contra-revolucionário?

A revolução de 25 de Abril de 1974, como expressão de soberania popular, contou com a intervenção decisiva da Intersindical Nacional nas transformações políticas, económicas e sociais então realizadas, conseguidas com a luta no terreno, e que vieram a ser consagrados na Constituição da República de 1976.

Pelo conjunto da diversificada movimentação de massas, encabeçada pela CGTP-IN, pelo seu significado político, pela adesão à revolução de Abril que expressou, pelo que representou no desenvolvimento do processo revolucionário e na defesa das conquistas da revolução, a CGTP-IN e o movimento sindical unitário tiveram de enfrentar poderosos inimigos congregados numa “santa aliança” para o seu enfraquecimento, divisão e até liquidação.

Dividir e descaracterizar a organização que era o eixo e

o motor da mobilização dos trabalhadores, a força mais consequente e determinada na defesa de Abril, uma força que tinha como divisa a unidade do trabalho contra o capital, tornou-se um objetivo estratégico do poder económico e financeiro, tendo em vista conter o processo revolucionário e criar as condições necessárias para a reconstituição do poder perdido com a revolução de Abril.

Também em 1982, a polícia provocou dois mortos e uma centena de feridos no Porto no 1.º de Maio depois de uma provocação da UGT. Qual foi o papel desta estrutura na reversão das conquistas da revolução?

Nesta operação estiveram envolvidas forças que, dispondo de poderosos meios financeiros, políticos e propagandísticos, não olharam a meios e a métodos para atingirem os seus objetivos.

Foi a campanha contra a unicidade sindical, para dividir o movimento sindical, foi a operação “Carta Aberta”, que mais tarde deu origem à UGT, foram os assaltos terroristas a instalações sindicais, foi a criação de sindicatos paralelos, as provocações contra as manifestações do 1.º de Maio de 1975, em Lisboa, e no de 1982, no Porto, e foram ainda os ataques e as limitações ao exercício das liberdades sindicais.

Estas operações podem ser sintetizadas pela célebre afirmação do dirigente e governante socialista Maldonado Gonelha de que era preciso “partir a espinha à Intersindical”.

Apesar de ter de fazer frente a tão poderosos inimigos, a CGTP-IN desempenhou um papel inestimável no desenvolvimento do processo revolucionário, cumprindo com sucesso as suas tarefas, tornando-se numa força indestrutível, necessária e insubstituível na defesa do regime democrático.

Hoje em dia há quem desvalorize o papel dos sindicatos e diga que é algo ultrapassado. Como olha para o futuro do movimento sindical?

Os trabalhadores portugueses, durante os 51 anos de existência da CGTP-IN e sob a sua direção, escreveram páginas de luta verdadeiramente empolgantes pela dimensão, determinação, unidade e consciência social, política e de classe, das quais se devem orgulhar.

Na atualidade, o movimento sindical e os trabalhadores enfrentam novos e difíceis problemas. O capitalismo atravessa uma profunda crise que procura ultrapassar reduzindo a pó conquistas históricas, e mesmo civilizacionais, alcançadas através de duras lutas e de muitos sacrifícios de sucessivas gerações de trabalhadores.

Desenvolve-se uma violenta ofensiva ideológica que visa escamotear a exploração, a que os trabalhadores estão sujeitos. Tenta-se individualizar as relações de trabalho e desagregar e descaracterizar o movimento sindical de classe.

Neste contexto, a CGTP-IN e o movimento sindical, que ela consubstancia, continua a ser uma necessidade imperiosa e um instrumento fundamental para os trabalhadores portugueses, unidos e organizados, fazerem frente à exploração, e lutarem com êxito por melhores salários, horários dignos, emprego com direitos, serviços públicos de qualidade e por um Portugal com futuro que seja simultaneamente, soberano, desenvolvido e solidário.

MONTIJO

Trabalhadores da Izidoro em greve



Os trabalhadores da empresa Izidoro, do Grupo Montalva, cumpriram um dia de greve no primeiro dia de março e juntaram-se numa concentração em frente às instalações no Montijo. Reivindicam aumentos salariais, o direito ao gozo do feriado de Carnaval, aumento dos subsídios de alimentação, o contrato coletivo de trabalho, o fim dos processos disciplinares com intuito de despedimento fácil e sem custos e a apresentação do caderno reivindicativo para 2022.

O processo de luta foi desencadeado pelos trabalha-

dores através do Sindicato Nacional da Indústria Alimentar, que denunciou pressões e ameaças aos trabalhadores antes da paralisação. Na jornada de luta esteve presente a secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Carapinha, e a deputada do PCP à Assembleia da República, Paula Santos.

Durante a greve, os trabalhadores discutiram e aprovaram a entrega de uma moção à empresa, que recusou receber o documento presencialmente com um pedido de reunião ainda para este mês.

LISBOA

Lisboa aprova transporte escolar

Os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa aprovaram, por unanimidade, uma proposta do PCP para a criação de transporte escolar na cidade através da Carris.

A proposta apresentada pelos comunistas foi aprovada por unanimidade e prevê que se inicie de imediato o estudo para a criação deste serviço, “com recursos dedicados e potenciando a integração de serviços existentes, em articulação com os agrupamentos escolares da cidade”. Ainda segundo a proposta, em setembro de 2022, deverá ser implementado um projeto piloto, que inclua estabelecimentos de ensino de pelo menos dois agrupamentos de escolas da cidade. Trata-se de garantir que a deslocação regular entre casa e escola de milhares de crianças e jovens da cidade possa ser assegurado com recurso ao transporte público, substituindo o transporte individual, segundo comunicado do PCP.

“Os transportes públicos assumem uma importância central na promoção de uma mobilidade mais sustentável e menos poluente, contribuindo para um menor volume de emissões de gases e partículas para a atmosfera”, consideram os comunistas. A sua concretização “terá também um impacto positivo no apoio às famílias” e a aposta no transporte coletivo, “no serviço público de transportes, é um imperativo social, ambiental e económico”.

O PCP refere ainda os resultados do projeto municipal “mãos no ar”, que resultou na auscultação aos alunos dos estabelecimentos de ensino, em 2020, e em que se chegou à conclusão de que “o uso do automóvel nas deslocações para as escolas, em particular no 1º, 2º e 3º ciclo, tinha uma preponderância acentuada”.

A VOZ do corvo



Arquitetura e cidadania – a vida de Nuno Teotónio Pereira

Por iniciativa de familiares, de colegas e amigos, vai este ano ser celebrado o centenário do nascimento de Nuno Teotónio Pereira, arquiteto e ativista político.

Nascido no seio de uma família tradicionalista (era sobrinho de Pedro Teotónio Pereira que foi ministro do Estado Novo e primeiro representante do governo de então junto de Franco, em Burgos), cedo foi toca-

do pela realidade em que o país vivia e pela ânsia de participar na mudança que se impunha.

Escolheu formar-se em Arquitetura na Escola de Belas-Artes de Lisboa, um curso e uma profissão que não tinham nessa altura o reconhecimento que hoje têm, mas que desde logo o terá colocado perante o problema da habitação para o maior número.

Ainda estagiário participou no 1º Congresso Nacional de Arquitetura, em Maio-Junho de 1948, com uma tese, juntamente com M. Costa Martins, intitulada “Habitação Económica e Reajustamento Social” e lá pode ler-se em conclusão: “...é condição preliminar e essencial integrar na cidade as habitações da classe proletária, abandonando-se a construção de bairros exclusivos...declaramos acreditar que será necessário incluir objetivos de reajustamento social num programa que pretenda uma autêntica reforma da Cidade.”

Tinha então Nuno Teotónio Pereira 26 anos. Depois, sem rigor cronológico, aqui se refere que ajudou a fundar uma cooperativa de habitação de caráter popular; entendendo que a censura privava a população de uma informação honesta, fundou e colaborava ativamente na redação e distribuição de um jornal clandestino intitulado “Direito à Informação”; com o seu 4L, aproveitando-se da localização da sua casa em Marvão, “passou” muitos antifascistas para a liberdade; recolhia e fazia chegar às famílias dos presos políticos os donativos que a solidariedade de

muitos originava; esteve em vigília pela Paz na Capela do Rato.

Foi preso e torturado pela PIDE e no dia 27 de Abril de 1974 foi dos que passou os portões do Forte de Caxias, liberto.

Discursou e foi aclamado no primeiro 1º de Maio em liberdade, junto de Álvaro Cunhal e Mário Soares, como representante dos católicos progressistas.

De Nuno Teotónio Pereira como arquiteto se poderá dizer que cada um dos seus projetos é uma manifestação de arte e humanidade, desde o Bloco das Águas Livres até aos edifícios construídos por iniciativa municipal nos Olivais Norte, em Lisboa. Pois sendo o primeiro destinado à classe média alta e os segundos a populações de menores recursos, com limites orçamentais tão distintos, para qualquer um deles convidou a colaborar artistas plásticos de igual gabarito.

E aqui nos arriscamos a dizer que os prédios dos Olivais são fundamento para afirmar que em Portugal o neorealismo se manifestou na Arquitetura – no papel da família na organização interna dos fogos e, dentro da família, na posição igualitária da mulher ou na associação dos fogos, nos grandes patamares, nas galerias, nas generosas escadas, tudo espaços convidativos ao convívio vicinal e no desenvolvimento do sentido comunitário.

Francisco da Silva Dias

LIMPEZA

Trabalhadores da limpeza na CP com salários em atraso



Concessionário do serviço muda, mas atrasos nos salários persistem.

A maioria dos trabalhadores da limpeza que exerce funções na CP, da empresa Iluso, tem salários em atraso, uma situação que está a gerar muita contestação. A Voz do Operário sabe que a companhia ferroviária acaba de concessionar o serviço à Iluso, que no dia 2 de março, ainda não tinha regularizado a situação salarial dos seus trabalhadores. Contudo, estes funcionários têm valores em falta da empresa anterior, a Ambijardim, que em julho e agosto de 2021 deixou centenas sem salário e alguns sem subsídio de férias.

A contestação tem subido de tom porque apesar da alteração de empresa continuam os incumprimentos. De acordo com os trabalhadores, já há salários em atraso, falta fardamento adequado e a empresa estará a desrespeitar o contrato coletivo no que diz respeito ao trabalho

exercido aos fins de semana, feriados ou horas extraordinárias, sem ouvir os trabalhadores como determina a lei. Cerca de 30 trabalhadores concentraram-se na Estação de Santa Apolónia para discutir formas de luta.

Numa audição realizada a pedido do grupo parlamentar do PCP, os administradores da CP e da IP, assim como o ministro das Infraestruturas e da Habitação, anunciaram que os novos contratos com prestadoras deste serviço previam a regularização salarial. Nessa mesma reunião pública, depois de a ministra da Administração Pública ter afirmado que era “uma vergonha” o que se passava dentro destas empresas, o ministro admitiu que o outsourcing pode ter ido longe demais e admitiu estudar a hipótese de integrar estes trabalhadores na CP. Até ao momento, não houve qualquer mudança.

INSTITUCIONAL



A VOZ DO OPERÁRIO

Sociedade de Instrução e Beneficência

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art.º 20.º, alínea c) dos estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, no próximo **31 de março**, às **18 horas**, na sede da instituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Discussão e votação do Relatório e Contas de 2021;
- 2 - Outros assuntos.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois, de acordo com o disposto no art.º 33, ponto 1, dos Estatutos.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2022

○ Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Libério Domingues

ALMADA

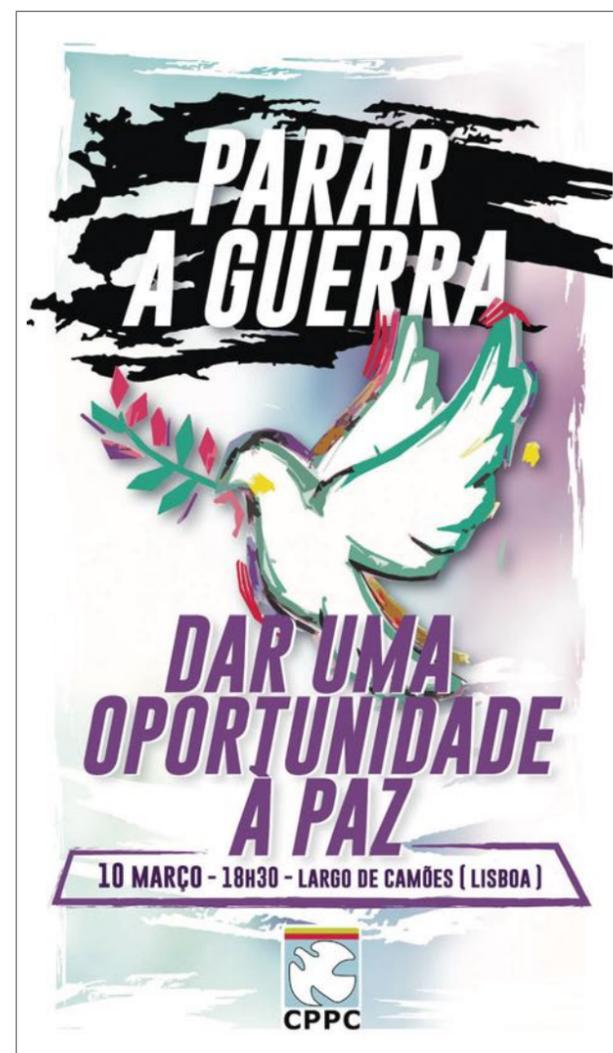
Auxiliares de educação em luta

A União dos Sindicatos de Setúbal da CGTP-IN denunciou, através de comunicado, segundo o *AbrilAbril*, que 39 auxiliares de ação educativa da rede pública de jardins de infância do concelho de Almada, que prestam funções de carácter permanente, estão em vias de serem despedidas devido ao fim do contrato a termo. Salienta, no entanto, que a autarquia só não efetiva o vínculo destas trabalhadoras “porque não quer”.

De acordo com esta estrutura sindical, o artigo 60.º do Orçamento do Estado permite regularizar o vínculo destas 39 trabalhadoras. “Acontece que, ou por inércia da Câmara Municipal de Almada, ou porque pretende prestar um mau serviço público às crianças do seu concelho que frequentam os jardins de infância”, critica a USS, o município abriu um concurso extraordinário para contratar 17 trabalhadoras, “esquecendo-se” que, no âmbito da transferência de competências, poderia regularizar o vínculo destas 39 trabalhadoras.

A estrutura sindical frisa que as trabalhadoras “não são peças descartáveis” e devem ser vinculadas aos quadros efetivos da Câmara Municipal de Almada. Além da paralisação, estava prevista uma concentração das trabalhadoras dos jardins de infância junto do Chalé onde provisoriamente funcionam os serviços de apoio à presidência da Câmara, na Cova da Piedade.

INSTITUCIONAL



PRIVATIZAÇÕES

CTT com novo contrato de concessão



PS anunciou um novo contrato de concessão do serviço postal universal.

“Reconhecemos o pecado original que foi a venda a privados da empresa pública [CTT] e a degradação da qualidade do serviço”, mas “o PS só tomará uma decisão quando conhecer o resultado da auditoria da Inspeção-Geral das Finanças à privatização e ao contrato de concessão que está para chegar à Assembleia da República”, justificou o deputado Carlos Pereira, do PS, em 2019. O facto é que nada foi feito desde então e durante a campanha eleitoral foram vários os sinais de António Costa denunciando o impacto negativo da privatização dos CTT. Já depois das eleições legislativas, e com maioria absoluta, o PS anunciou um novo contrato de concessão do serviço postal universal (SPU) aos CTT visando “garantir a continuidade” da prestação anterior, mas com “ajustamentos”, após a declaração de dispensa de visto pelo Tribunal de Contas.

Segundo foi comunicado, o novo contrato de concessão “terá uma vigência de sete anos – até 31 de dezembro de 2028, incluindo um primeiro período de transição – a ocorrer em 2022 – seguido de dois períodos de três anos”.

Numa informação enviada à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativamente aos critérios de definição de preços, o novo contrato de concessão prevê, para o ano de 2022, que funcionará como período de transição, “os preços a implementar pelos CTT deverão respeitar uma variação média anual máxima de 6,80%”, refere a Lusa.

Em novembro de 2021, tinha sido publicada uma resolução do Conselho de Ministros que designa os CTT prestadores do SPU e que o contrato de concessão seja celebrado “ao abrigo de ajuste direto” com duração de sete anos.

PCP e BE contra decisão

Contra esta posição, o PCP considerou que a publicação do decreto-lei serviu apenas “para satisfazer os interesses do Grupo Champalimaud, a quem o governo PS

garantiu a concessão do Serviço Postal Universal até 2028”. De acordo com os comunistas, o executivo “consolida o processo de privatização dos CTT que, articulada com a retirada de poderes de fiscalização à ANACOM, permite uma maior degradação da qualidade do serviço e um agravamento ainda mais significativo dos preços”. O PCP sustentou que esta decisão foi tomada “em claro prejuízo das populações, martirizadas pelo encerramento” de balcões e “prejudicadas por um serviço mais lento, mais caro e menos fiável”. O “interesse nacional” é uma das principais razões para defender a reversão da privatização, “assegurando um serviço postal universal e de qualidade, promovendo o equilíbrio territorial, combatendo a desertificação”, e melhorando o atendimento ao público.

Por sua vez, Catarina Martins, coordenadora do BE, tinha denunciado durante a campanha eleitoral a privatização da empresa em 2014, dentro do programa da troika, sem oposição do PS. “Poucos países europeus foram tão longe”, defendeu antes de afirmar que “na maior parte dos casos os países têm uma presença total ou parcial a controlar o serviço postal”. Segundo a dirigente bloquista, “em pouco tempo, o valor de mercado caiu para metade e a administração repetiu uma decisão espantosa: tendo levado os CTT a prejuízo achou, ainda assim, que estava na altura de distribuir dividendos aos acionistas, gastando as reservas dos CTT”.

Catarina Martins recordou ainda que durante a legislatura anterior o PS revelou publicamente que com os partidos à sua esquerda discutiu uma forma do Estado voltar a ter controlo público dos CTT, adquirindo 13% da empresa. O PS na altura disse aos jornais que não seria uma medida “de grande impacto orçamental”, custando “provavelmente menos de 100 milhões de euros”. “Que o PS não diga a ninguém que é impossível, que é caro, ou que é perigoso, porque dizia exatamente o contrário quando estudámos juntos o controlo público dos CTT”, avançou.

A VOZ dos livros

A mulher e a literatura libertária

O processo revolucionário como foi o do início da 1ª. República – período que podemos considerar até ao desvio do sidonismo, que tentou uma viragem conservadora no sentido restauracionista de tipo monárquico, aproveitando a ressaca do final da 1ª. Guerra, a fome generalizada e a pneumónica - contribuiu, embora ainda de uma forma incipiente e sem grande entusiasmo por parte dos seus altos dignitários, para o aparecimento de uma consciência política, de uma classe operária activa e participante, agente da transformação da sociedade. De relevar o papel da mulher que emerge da sua letargia de séculos e assume um papel determinante na consolidação do processo histórico transversal a todo o tecido social.

Ana de Castro Osório, no seu livro *A Mulher e a Criança*, dava já os primeiros sinais desse sentido cívico e emancipador que a mulher começava a exigir aos seus companheiros republicanos: «Nós trabalhamos mais pelo futuro da República lutando pelos nossos próprios direitos, do que prestando ao homem um auxílio que apenas se pode traduzir em palavras, que não correspondem a factos concretos. Não há país que avance e progrida se a mulher for nele uma serva perante a lei, uma inferior pela falta de instrução, um valor nulo na sociedade e na família». Os *heróis da Rotunda* andavam por esses dias atarefados com outras derivas para ligar a ideais igualitários do feminismo evanescente.

Mesmo a médica Carolina Ângelo, a única mulher a votar em 1911, se queixava de que o seu voto teria sido anulado, e a lei mudada *a posteriori* para impedir que as chefes de família votassem. Os obreiros da 1ª. República sabiam da influência que a Igreja exercia, em prédicas semanais, sobre os imaginários femininos e, avisados, preferiram pôr em causa alguns princípios do que arriscar, nas urnas, o futuro da República nascente.

A mudança cultural e política numa sociedade patriarcal tardaria a acontecer e nem a República, o iria conseguir travar a especulação dos preços dos produtos essenciais, impondo uma tabela mínima, vendo-se confrontada e desobedecida pelos seus apoiantes, a burguesia, esse mundo de *merceiros e fabricantes de riscado*, no dizer de Alves Redol.

Quanto às mulheres, e quase até aos anos 1960, só a literatura tentou libertá-las do anátema de D. Francisco Manuel de Mello: *Criou-as Deus fracas, sejam fracas*.

Alguma da nossa melhor literatura, criada por mulheres, percorre esse libertário desiderato: *Para Além do Amor*, de Maria Lamas; *Ela é Apenas Mulher*, de Maria Archer; *Um Filho Mais*, de Manuela Porto; *Tanta Gente Mariana*, de Maria Judite de Carvalho e esse hino de liberdade e de coragem que é *Novas Cartas Portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Tereza Horta e Maria Velho da Costa.

Domingos Lobo

POLÍTICA



Partidos reagem à guerra na Ucrânia

A intervenção militar desencadeada pela Rússia na Ucrânia foi rejeitada por todos os partidos com assento parlamentar.

A guerra na Ucrânia ganhou novas dimensões com a entrada em cena da Rússia e desencadeou diferentes reações políticas por parte dos partidos representados na Assembleia da República e do executivo liderado por António Costa. O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, condenou a invasão militar da Rússia à Ucrânia, e lamentou as “dezenas e dezenas de pessoas que perderam a vida” na agressão militar. Apesar da guerra na ex-Jugoslávia, o ministro afirmou que o ataque russo que é “a maior crise de segurança por que a Europa passa desde a Segunda Guerra Mundial”. Para Santos Silva, a ação da Rússia contra a Ucrânia é “uma invasão militar com intuítos de ocupação” e uma “violação ostensiva das regras internacionais e da carta das Nações Unidas”. O governo tem agido em uníssono com Bruxelas e não só aprovou sanções contra Moscovo como o envio de material de guerra para a Ucrânia.

As declarações do PSD através de Rui Rio foram no mesmo sentido mas o líder laranja pediu à União Europeia para medir consequências antes de avançar com mais sanções contra Rússia, para “proteger a economia europeia”. Estas afirmações, ainda antes do anúncio das medidas contra Moscovo, pretendiam acautelar o impacto negativo previsto, “em particular na economia alemã”.

Por sua vez, o PCP condenou a intervenção militar recordando que a guerra não começou agora. “A guerra não é solução seja para que problema for e é preciso fazer todos os esforços para a evitar”, foi assim que João Oliveira, líder parlamentar comunista, rejeitou a opção militar da Rússia, “um país capitalista”. O PCP recordou o golpe de Estado de 2014 contra o governo legítimo da Ucrânia, com o apoio da NATO, e a ação xenófoba e belicista dos governos que se seguiram com recurso a grupos fascistas. Nesse sentido, pediu a intervenção do governo para contrariar a “escalada política, económica e militar” com o objetivo de desanuviar a situação com uma saída negociada para a paz. Recordou ainda outras intervenções semelhantes na Jugoslávia, Iraque, Afega-

nistão, Líbia e Síria e rejeitou sanções contra a Rússia pelas consequências sobre o povo russo e os povos da restante Europa.

O BE condenou a invasão da Ucrânia, naquilo que considera ser uma “aventura militar de Putin” e rejeitou uma escalada armamentista, assim como o alargamento da NATO. Contudo, o Bloco defendeu a pressão da União Europeia à Rússia através de sanções. “A pressão económica é o maior instrumento que neste momento a União Europeia tem para apoiar a Ucrânia e obrigar Putin a acabar com a guerra”, reiterou Catarina Martins, segundo o Esquerda.net.

Onda de xenofobia e ataques à democracia

São já muitas as ameaças registadas contra a comunidade russa em Portugal. Anna Pogrebtsova, presidente da associação russa “Pushkin”, denunciou ao Expresso que foi ameaçada de morte por telefone. A associação acabou por criar um grupo no WhatsApp contra as ameaças xenófobas e tem recebido queixas de cidadãos russos um pouco por todo o país. Anna Pogrebtsova afirmou ao Expresso que muitas destas ameaças são feitas por ucranianos a viver em Portugal mas também por portugueses. Para esta cidadã russa que vive em Portugal há duas décadas, esta onda anti-russa traduz uma grande injustiça e recordou que os russos que vivem no país não tiveram qualquer responsabilidade na intervenção militar russa na Ucrânia e recordou o apoio de equipas russas no combate aos incêndios florestais em Portugal.

Apesar de o PCP ter condenado a intervenção militar russa na Ucrânia, registaram-se pelo menos três casos de ataques contra sedes deste partido. As fachadas dos Centros de Trabalho de Beja, Barreiro e Porto foram vandalizadas com pintura. Dias antes, o neonazi Mário Machado admitiu, nas redes sociais, a intenção da extrema-direita portuguesa de “preparar a invasão e destruição” das sedes do PCP.

ANTIFASCISMO

Jaime Serra, uma figura incontornável da luta contra o fascismo



Tinha a mesma idade que o PCP.

Morreu, no dia 9 de fevereiro, Jaime Serra, aos 101 anos de idade. Numa nota à comunicação social, o secretariado do Comité Central dos comunistas referiu-se a este destacado dirigente do PCP como tendo dedicado “toda a sua vida à luta da classe operária, dos trabalhadores e do povo português. Uma vida dedicada à luta contra o fascismo, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova, o socialismo e o comunismo”.

Jaime Serra nasceu em 1921, o mesmo ano em que o PCP foi criado, em Alcântara, Lisboa, e aderiu àquele partido com apenas 15 anos de idade, em 1936. Filho de um anarco-sindicalista, ganhou consciência política muito jovem enquanto lia obras como “Germinal” de Emile Zola. Com a morte do pai, viu-se obrigado a abandonar os estudos e a trabalhar como operário da construção no Barreiro, onde dormia numa banheira com palha. Aos 16 anos, ainda adolescente, seria preso pela primeira vez.

Em 1940, Jaime Serra começou a trabalhar como operário traçador naval no Arsenal do Alfeite, em Almada, onde trabalhou durante sete anos, passando à clandestinidade em setembro de 1947. Fugiu três vezes da prisão: duas de Peniche e uma de Caxias.

Com o pseudónimo de Freitas, conduziu a operação de fuga de Agostinho Neto e Vasco Cabral rumo a Tânger, em Marrocos. Arranjou uma embarcação e, no meio de uma tempestade, conseguiu desembarcar os dois com as famílias em Marrocos.

Nos anos 70, fica responsável pela criação da Ação Revolucionária Armada (ARA), organização que desfere um conjunto de operações contra a máquina de guerra do regime em plena guerra colonial, a bomba no paquete Cunene, a destruição de mais de 20 aeronaves da força aérea em Tancos, a interrupção das comunicações durante a reunião da NATO em Lisboa são algumas delas. Entre muitas outras responsabilidades, Jaime Serra foi eleito deputado depois da revolução.

Foram cem anos e mais um da existência de um revolucionário cuja história se confunde com a história do movimento operário e com a luta contra o fascismo do único partido que conseguiu sobreviver à ditadura.

LUTA DAS MULHERES



Ilustração de Maria Lis

Kollontai contém coordenadas para pensarmos uma real emancipação da mulher.

Alexandra Kollontai e a emancipação da mulher trabalhadora: coordenadas para os dias de hoje

150 anos passados do nascimento de Alexandra Kollontai, assinalamos o seu histórico legado de luta, resistência e organização política revolucionária.

Joana Tomé

A conjuntura que, em Março de 1872, conhece o nascimento de Kollontai é de profunda convulsão social. Apesar da sua protegida infância num contexto familiar burguês, a teórica marxista adquire, não alheia à pulsação da cidade que a acolhe - São Petersburgo era, à época, um dos mais relevantes focos do movimento operário russo -, uma clara consciência das injustiças sociais que marcavam o país. Mais de 70% da população era camponesa, 80% da população era analfabeta e vivia-se em condições de extrema precariedade e de violenta repressão dos movimentos operários pelo governo czarista. O aparato estatal e económico espelhava a tradicional e hierárquica estrutura familiar, que se mostrava pilar fulcral da sociedade russa e que motivaria Kollontai a participar intensamente na organização das mulheres trabalhadoras, primeiro nos locais de trabalho e, de seguida, no seio do Partido Social-democrata e do Partido Bolchevique. Mesmo quando vem integrar a maior corrente de

oposição dentro deste último - a chamada "Oposição Operária", consolidada em 1920 com o findar da guerra civil - e abdica, por conseguinte, dos cargos que ocupa no Governo Bolchevique, manter-se-á continuamente firme no seu compromisso com as tarefas dentro do Partido e com uma política revolucionária proletária.

A luta pela emancipação política, económica e sexual da mulher determinará de forma inabalável o percurso de Kollontai, acompanhando Lenin no reconhecimento da independência económica da mulher como condição essencial para o triunfo da Revolução de 1917 e valorizando o trabalho feminino em todas as esferas da economia russa. Assim, o profundo impacto da Revolução de Outubro na situação do proletariado feminino vem concretizar, num processo sem precedentes na história mundial, a participação da mulher em todos os sectores da vida pública, socio-política, material e cultural do país, em condições de integral dignidade e igualdade com os seus pares masculinos, desestabilizando os pressupostos comuns da sua condição de subalternidade.

Retomando as pioneiras teorizações de Engels sobre a família, a propriedade privada e o Estado, Kollontai concebe o casamento enquanto instituição reaccionária e cárcere primeiro da mulher trabalhadora, amarrando-a ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos (trabalho improdutivo que deveria exercer a par do seu trabalho assalariado, produtivo). Obedecendo ao modelo burguês de transmissão linear do património adquirido, o casamento instituíu, por conseguinte, a obrigatoriedade da monogamia e da servitude da mulher.

É no seio do proletariado que a autora identifica o necessário processo de desintegração da família, fazendo ruir a velha moral e cedendo as coordenadas de uma nova ordem, baseada na união livre entre homem e mulher e caracterizada pelo respeito mútuo, solidariedade e camaradagem. Eliminando a produção capitalista e a propriedade privada, eliminar-se-ia o carácter indissolúvel do casamento que sustentava a posse absoluta de um ser pelo outro - e que conduzia, segundo Kollontai, à prostituição e ao adultério. Não mais dependendo do marido, a força nos braços da mulher

será enfim a medida do seu sustento.

Kollontai, nomeada Comissária do Povo para a Saúde e Bem-estar Social (a primeira mulher a liderar um departamento do Estado), impulsiona legislação de impacto crucial na vida das mulheres trabalhadoras. A par do sufrágio universal, instituíam-se a despenalização do aborto, o direito ao divórcio sem restrições e o reconhecimento legal de novas formas de relacionamento entre homens e mulheres - das quais se exclui o casamento pela igreja. A assim contextualizada defesa de uma união de afectos e camaradagem no lugar da tradicional família, afirmou-se um dos mais marcantes (e mais difíceis de acompanhar, à época) esforços de Kollontai.

De acordo com os princípios da Revolução, instituíam-se a protecção legal e material à infância e à maternidade. Tomava, o Estado, findadas as relações de produção capitalista, a tarefa de assumir as funções sociais da família, disponibilizando creches, recreios, cantinas, livros escolares, e libertando a mulher operária do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos. O Estado comunista transformara a educação da juventude numa real função social e num esforço comunitário em condições de solidariedade.

As considerações de Kollontai em relação à prostituição são ainda extensamente actuais, lembrando a inexorável incongruência entre uma sociedade sem classes e a exploração sexual da mulher pelo homem. À semelhança de Lenin, Kollontai olha a prostituição como contradição dos princípios básicos de uma república proletária soviética, pois distancia-se irreconciliavelmente do trabalho produtivo, e organizado, ao serviço da comunidade. Também os laços entre trabalhadores se desmoronam, pois comprar o acesso sexual ao corpo de uma mulher impossibilita que se a olhe como camarada, sua igual.

Embora de consequências profundas para a sociedade Russa e o resto do mundo, as conquistas da Revolução de Outubro no âmbito dos direitos das mulheres acabariam por não se mostrar proporcionais à força e envergadura das restantes transformações políticas e económicas. Acompanhavam-nas as dificuldades de reflexão colectiva - atormentadas pelos enraizados velhos paradigmas nesta matéria, em especial nos meios rurais - e não chegariam tão longe quanto Kollontai havia proposto, sobretudo no que à emancipação sexual diz respeito (particularmente incompreendida no período estalinista).

Não obstante, ler Kollontai hoje afigura-se de renovada actualidade, contendo em si as coordenadas para pensarmos uma real emancipação da mulher - condição inadiável da transformação social e de um futuro mais justo, pautado pela igualdade e camaradagem. Retomando o apelo da histórica revolucionária russa em 1916: "Ao trabalho, camaradas, ao trabalho!"

VILA FRANCA DE XIRA

Exposição 70 anos da Ponte de Vila Franca

Jorge C.

A 30 de dezembro de 1951 inaugurava a Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, ligando pela primeira vez as duas margens do rio Tejo. Na celebração do 70º aniversário desta obra marcante da história do séc. XX português, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira produziu uma exposição evocativa, com curadoria de Idalina Mesquita e Inês Rodrigues, onde se traça uma cronologia de grande importância para a compreensão da realidade social, cultural, económica e política do país, a partir de uma infraestrutura que, desde a sua génese, não foi pacífica, apesar da aparente aclamação popular, forjada pela propaganda fascista do regime de Salazar.

Foi na década de 1920 que surgiu a primeira ideia de estabelecer uma travessia entre as duas margens do Tejo. Mas a proposta apresentada à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira pela Toscano & Co não colheu unanimidade no setor empresarial português. Na primeira metade do séc. XX, a economia portuguesa tinha uma forte componente agrícola e os grandes proprietários da região tinham influência junto dos centros de decisão. A ponte significaria, para os agrários, uma oportunidade de negócio, pela facilitação do transporte e circulação de mercadorias. Ao mesmo tempo, a cintura industrial de Lisboa e o crescimento da “margem sul”, com Alfredo da Silva como figura destacada entre os industriais, geraram uma competição na decisão sobre a localização da ponte.

Não obstante o conjunto de estudos que identificavam a região de Vila Franca como a mais viável, ao longo de três décadas, as tentativas de trazer este projeto para a capital foram, de certa forma, atrasando uma decisão

que acabaria por ser tomada, alterando toda a dinâmica económica e social da região e do país. Esta disputa, porém, ajuda-nos a compreender algumas dinâmicas da economia portuguesa da primeira metade do séc. XX e, com elas, a construção social e cultural que se desenvolveu à volta de Vila Franca de Xira.

Elemento icónico da paisagem vila-franquense, a Ponte Marechal Carmona reconduziu todo o tráfego comercial do país e transformou Vila Franca num ponto de referência, contribuindo para o seu crescimento tanto a nível industrial, como a nível comercial e cultural. Apesar de a exposição se centrar mais no lado romântico da ligação entre margens e nos aspetos técnicos da construção da ponte, muitos são os elementos que nos ajudam a fazer uma leitura mais próxima da realidade que então se vivia. A própria celebração da decisão em construir a ponte em Vila Franca – momento bem retratado e documentado – é uma demonstração da propaganda do regime e da mobilização para a sua aparente consagração, tendo em conta a supressão da liberdade de reunião pela Constituição de 1933.

Apesar de um núcleo dedicado exclusivamente aos contornos técnicos da ponte, a realidade do trabalho dos operários que a construíram, e que um conjunto de valiosas fotografias do arquivo municipal nos mostra, não é aprofundada. À narrativa da exposição, que pretende, evidentemente, ser evocativa, faltam alguns elementos críticos para que não caia, com facilidade, na relativização histórica e política. Embora as linhas de desenvolvimento que esta infraestrutura criou sejam de relevar, as obras de regime são também um reflexo das suas opções políticas e essa história merece ser trazida à colação.

As polémicas sobre a ponte continuaram e muitos são os episódios que alimentaram histórias falsas. O caso mais flagrante será, talvez, a da recusa da Banda do Ate-



neu Artístico Vilafranquense em atuar na inauguração, por decisão do militante comunista Carlos Pato. Acontece que em 1951, Carlos Pato já havia morrido há mais de um ano. O facto não pareceu convencer um jornal regional e um eleito municipal a evitar, ainda no final do ano passado, esta – digamos – inverdade.

Uma outra acesa polémica é a da retirada, ou não, do nome de Carmona da toponímia relativa à ponte. Fica mais ou menos claro, com esta exposição, que a romanização da génese da ponte perpetua-se neste nome, que devia pertencer apenas à discussão crítica da história e não à celebração do período de maior repressão que o país conheceu no século passado.

A exposição “A (re)afirmação de um elemento identitário |70 anos da Ponte Marechal Carmona” peca, precisamente, pelo seu cariz identitarista, mas com a devida mediação dos Serviços Educativos do Museu tem um potencial dialético fundamental para o conhecimento das populações sobre a sua história. Aproveitando a época do sável, esta é uma exposição a visitar.

Sugestões culturais

A serpente
Stig Dagerman



Reacção às ruínas humanas deixadas pela II Guerra Mundial, é uma clarividente exposição da angústia social do século XX. Numa caserna militar, onde a disciplina é o campo ideal do isolamento individual, pedagogia da submissão ao absurdo, a capacidade efabulatória de Dagerman traduz-se numa riqueza imagética mordaz e precisa.

Do outro lado da câmara,
'os demónios do meu avô' - exposição



Como se faz um filme de animação? Uma resposta chega em forma de exposição, no Museu da Marioneta. Com um trabalho de pesquisa sobre topografias e imaginários de uma aldeia transmontana, a exposição mostra cenários, adereços e personagens da primeira longa metragem portuguesa com marionetas de animação (stop motion). Até 27 de março.

Além da dor
TM Joaquim Benite



De Alexander Zeldin. Inspirado nos livros de John Steinbeck, no teatro de Peter Brook (com quem trabalhou), no cinema de Mike Leigh e Ken Loach e na realidade que o rodeava, Zeldin escreveu e encenou em 2014 uma peça que coloca em palco quatro trabalhadores contratados para as limpezas numa fábrica de processamento de carnes. Até 3 de abril.

Viva la Revolución
Hill's Union



Depois de se iniciarem em formação folk e acústica para dar a conhecer a obra do compositor revolucionário Joe Hill, fuzilado em 1915 nos EUA, os Hill's Union regressam com novo trabalho, num poderoso trio de rock onde os seus originais continuam a reflectir a consciência política e a solidariedade com as classes desfavorecidas de todo o mundo.

CINEMA

As crianças, o cinema e a liberdade do imaginário infantil

Mónica Baptista, professora de cinema

É possível definir a fronteira entre o que é um filme com crianças e um filme para crianças?

Atentemo-nos ao caso de “André Valente”, de Catarina Ruivo (2004). Seguimos o percurso de um miúdo de 8 anos, André Valente, que tenta encontrar saídas para a vida, apesar da tristeza e desamparo da mãe, da ausência do pai e das dificuldades de integração. As soluções que encontra surgem instintiva e naturalmente à medida que as coisas lhe acontecem. André confia na amiga mas também se revolta, ao perceber ficará sozinho, quando esta lhe diz que se vai embora da escola. Aproxima-se de Nicolai, o vizinho russo; segue-o até ao ringue, troca a sua bicicleta por uns patins e aprende a patinar. Procura um substituto do pai. Nicolai parte. André fica novamente desiludido e desamparado, nesta entrada na vida - transição entre ser criança, e um mundo em que a solidão e o abandono predominam. Por isso, depois de observar da janela uma última vez Nicolai e pedir que este repare nele e se despeça (pensamento mágico infantil), André deita-se pela primeira vez ao lado da mãe.

Revolta e ousadia

A revolta de André é o que o move e torna mais audaz. O que diria uma criança da idade de André sobre este protagonista? Talvez acabasse a fazer as perguntas que André faz: por que é que se vão todos embora, por que é que o pai está tão longe e não quer saber deles, por que é que a mãe parece tão triste?

“André Valente” é um filme sobre a infância e para a infância? Entre a dureza e a audácia de um miúdo, os jogos e brincadeiras próprios da idade e os dias passados no apartamento, o que retemos é a coragem e a bravura de André pelo desconhecido mundo dos adultos. A inocência da infância é igualmente sinónimo de coragem, rebeldia, desilusão, desamparo e frustração.

Em “O Espelho” (1997), de Jafar Panahi, acompanhamos uma menina que tenta ir para casa, depois de perceber que a mãe não a vai buscar à escola. A certa altura, no autocarro em que segue, ouvimos uma voz vinda de fora de campo: “Mina, não olhes para a câmara.” A criança olha de volta e diz: “Não quero mais representar”, tira as ligaduras de um braço (que faziam parte da personagem), e sai. Por mais que a tentem demover, Mina é inflexível. A equipa técnica fica sem saber o que fazer. O enredo torna-se no percurso possível que o realizador consegue filmar de Mina a ir para casa (e já não a personagem).

Panahi revela o dispositivo cinematográfico para falar da arte de re-apresentar a vida; politicamente, interessa-lhe sublinhar a liberdade e a audácia de Mina, face à opressão da mulher no Irão. A criança não quer continuar a viver a pressão e exigências de ser actriz. Afirma a sua condição de criança e rapariga; quer ser ela mesma. No cinema de Panahi, as crianças são o motor de uma sociedade derrotada pelo medo, que vai perdendo a coragem para resistir e lutar face aos atentados contra as



Fotograma de “André Valente”, de Catarina Ruivo (2004).

liberdades pessoais, sociais e de género. As crianças não sabem ainda tudo, mas reconhecem o mais importante. A liberdade é-lhes intrínseca.

A influência e a liberdade do imaginário infantil

A palavra “criança” vem do latim *creare*, a mesma origem de criação e criatividade. A criatividade está na forma como os mais pequenos agem, se expressam artisticamente e como podem reagir a um objecto fílmico. Em 1939, Dante Costa escrevia: “o cinema é um desses poderosos agentes que vai influir sobre a sua moral, através de estímulos. E define cinema educativo como aquele que na criança “marca uma presença capaz de exercer uma acção benéfica.” O cinema com crianças, sobre o universo infantil ou para as crianças é mais complexo.

O que é a criança para o cinema? O que é que o cinema quer da criança?, pergunta Vicky Lebeau em “Childhood and Cinema”. Se a criança para o cinema pode ser a força motriz quando o adulto se deixou conformar e perdeu capacidade de lutar, de ter coragem, então a sétima arte procura expressar as complexidades do humano ainda em formação através da representação do ponto-de-vista e universo infantis. O que subjaz é a liberdade, ou, ao invés, as consequências do medo, da tristeza (que frequentemente vêm dos adultos). Assim, a criança nunca pode ser vista como objecto, mas como sujeito que mais do que representar, está a ser, a existir e a sonhar.

Desde os primórdios do mudo ao neo-realismo, pas-

sando pelo contemporâneo, o cinema tentou sempre captar a essência do que é ser criança. Lebeau tece a comparação entre linguagem verbal e linguagem cinematográfica. “A criança tende a ser ‘descoberta’ no limite do que as palavras podem ser chamadas a dizer ou significar – limite que origina as questões de como comunicar a experiência da criança em linguagem (verbal), do que ‘nessa imagem’ sai fora, e por isso resiste, ao mundo das palavras. Em contraste, quando se trata da representação da infância, o cinema, com o seu acesso privilegiado ao perceptual, riqueza visual e sonora, parece ter vantagem: mais próximo da percepção, consegue aproximar-se mais da criança. Em particular, o impulso e capacidade para ver continua a ser investido como modos primordiais de descoberta do mundo das crianças e jovens.” Tendo a criança como tema, personagem ou protagonista, criadores e espectadores procuram, ainda que transversalmente, regressar à infância, compreender filhos e educandos, a ousadia e liberdade do imaginário infantil.

O que procuram as crianças num filme? Continuar a sonhar. Verem as suas acções e ideias, por mais fantasiosas que sejam, num mundo que consegue ir além da realidade - nas suas narrativas, na forma como apresenta personagens realistas ou figuras irreais. Encontrarem no ecrã aquilo que dá conta da sua imaginação e criatividade, mesmo dentro de um quotidiano próximo do seu, que ao mesmo tempo o espelha na audácia de ser e fazer aquilo que elas mesmas ousam concretizar. Entre dragões, cidades inventadas, miúdas e miúdos com as suas dores de crescimento, o cinema expande a capacidade de reinvenção do ser humano.